



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Parecer

COM(2022) 548 final

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Programa de trabalho da Comissão 2023: Uma União firme e unida



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

PARTE I - NOTA INTRODUTÓRIA

1. Nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, com as alterações introduzidas pelas Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, Lei n.º 18/2018, de 02 de maio, e pela Lei 64/2020 de 2 de novembro, bem como da Metodologia de escrutínio das iniciativas europeias aprovada em 1 de março de 2016, a Comissão de Assuntos Europeus recebeu a COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Programa de trabalho da Comissão 2023: Uma União firme e unida.

2. O Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2023, a seguir designado PTCE 2023, foi enviado a todas as Comissões Parlamentares permanentes e às Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas dos Açores (ALRAA) e da Madeira (ALRAM), que analisaram a referida iniciativa e aprovaram os Relatórios que se anexam ao presente Parecer, dele fazendo parte integrante.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

3. No dia 10 de janeiro, foi realizada a audição parlamentar sobre o PTCE 2023¹, na qual participaram a Comissão Europeia responsável pelas Reformas e Coesão, Elisa Ferreira, os Deputados da Assembleia da República, os Deputados portugueses no Parlamento Europeu, com Representantes da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu em Portugal e ainda com os deputados das Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Com esta audição, a Comissão de Assuntos Europeus promoveu, para além do debate sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2023, um debate aprofundado sobre os mais relevantes temas de política europeia, com os principais responsáveis políticos, no âmbito dos assuntos europeus, com vista a contribuir para a seleção das iniciativas consideradas de maior relevância política para o país, e que serão objeto de escrutínio pela Assembleia da República durante o ano de 2023.

PARTE II – CONSIDERANDOS

“Todo o continente inteiro se mobilizou, solidário... Os europeus não viraram a cara nem hesitaram”.

¹ <https://canal.parlamento.pt/?cid=6427&title=audicao-publica-sobre-o-programa-de-trabalho-da-comissao-europeia-2023>



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

*Ursula von der Leyen, Presidente da Comissão Europeia, discurso sobre o estado da União,
14 de setembro de 2022*

A)

A presente iniciativa da Comissão Europeia apresenta o PTCE 2023, enunciando as iniciativas fundamentais que a Comissão se compromete a realizar, até final de 2023, as quais se refletem nas seis principais ambições estabelecidas pela Presidente von der Leyen, que, deste modo, se enunciam:

1. Pacto Ecológico Europeu
2. Uma Europa preparada para a era digital
3. Uma economia ao serviço das pessoas
4. Uma Europa mais forte no mundo
5. Promoção do modo de vida europeu
6. Um novo impulso para a democracia europeia

A presente Comunicação da Comissão Europeia foi acompanhada dos seguintes documentos:

- Anexo I: Novas Iniciativas
- Anexo II: Iniciativas REFIT
- Anexo III: Propostas prioritárias pendentes
- Anexo IV: Lista das Propostas Retiradas
- Anexo V: Lista de revogações previstas



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

O PTCE 2023, intitulado “Uma União firme e unida”, é inevitavelmente moldado pela bárbara invasão russa da Ucrânia. A crise energética e inflacionária resultantes agravaram ainda mais a escalada do custo de vida, dificultando a recuperação durável da Europa após a pandemia.

Neste contexto, o PTCE 2023 firma o compromisso de apresentar um novo Fundo Europeu de Soberania, a fim de “garantir que o futuro da indústria se constrói na Europa”, assim como se propõe a avançar na construção da União dos Mercados de Capitais. Por outro lado, alicerçado na proposta de um conjunto único de regras fiscais para o exercício de uma atividade empresarial na Europa (BEFIT), a Comissão Europeia apresentará uma proposta para um segundo cabaz de novos recursos próprios.

O PTCE 2023 é também o primeiro programa de trabalho desde o termo da Conferência sobre o Futuro da Europa, sendo que muitas das iniciativas delineadas no referido programa dão seguimento às propostas apresentadas durante a conferência.

A título de exemplo, o PTCE 2023 afirma a importância da defesa sistemática do Estado de direito em todos os Estados-Membros, pugnando também pela criação de um Espaço Europeu de Dados de Saúde, dois objetivos recomendados pela Conferência sobre o Futuro da Europa.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Ademais, a Comissão Europeia apresenta o objetivo de uma reforma abrangente do mercado da eletricidade da UE no início de 2023, uma revisão da legislação da UE em matéria de bem-estar dos animais, uma revisão específica da legislação relativa ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH), assim como um ato legislativo europeu sobre as matérias-primas essenciais para garantir uma oferta adequada e diversificada para a economia digital da Europa, bem como para a transição ecológica, dando prioridade à reutilização e à reciclagem.

O programa de trabalho centra-se num conjunto de 51 novas iniciativas (anexo I). São enumeradas 8 iniciativas de simplificação regulamentar – REFIT² para garantir a sua adequação, atendendo aos fins visados (anexo II), e 116 processos legislativos prioritários em curso (anexo III). Por fim, a Comissão propõe ainda a retirada de uma proposta pendente (anexo IV).

O PTCE 2023 faz também menção às propostas para reforçar as eleições para o Parlamento Europeu, afirmando ser importante que “todas as novas regras nesta matéria estivessem definidas a tempo das próximas eleições para o Parlamento Europeu, em 2024.”

² No âmbito do REFIT, a Comissão analisa o acervo legislativo da UE em vigor e identifica as medidas de correção necessárias. Estas medidas incluem iniciativas legislativas destinadas a simplificar e reduzir os encargos regulamentares, a revogação da legislação que já não é necessária, a retirada de propostas cuja possibilidade de adoção não é realista ou cujos objetivos iniciais já não podem ser atingidos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

A Comissão Europeia apresenta também as propostas de um espaço comum europeu de dados sobre a mobilidade para impulsionar a digitalização do setor da mobilidade e incentivar soluções inovadoras, assim como, a fim de preparar soluções de mobilidade emergentes, propõe a apresentação de um quadro regulamentar da UE para o hipercomboio, de forma que a União Europeia se prepare para esta solução de transporte de alta velocidade hipocarbónica.

Por fim, a Comissão Europeia ressalva a importância do mercado interno em face do clima geopolítico incerto, bem como as recentes perturbações nas cadeias de abastecimento durante a crise da COVID-19. Neste campo, o PTCE 2023 faz menção à Comunicação sobre o mercado único, onde a Comissão Europeia irá focar os importantes benefícios e identificando lacunas de execução e prioridades futuras para o mercado único europeu, de forma que continue a desempenhar um papel central na autonomia estratégica aberta da nossa União.

B)

Iniciativas selecionadas pelas Comissões Parlamentares, pela ALRAA e pela ALRAM

Compete à Comissão de Assuntos Europeus (CAE), nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, com as alterações introduzidas pelas Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, Lei n.º 18/2018, de 02 de maio, e pela Lei 64/2020 de 2 de novembro, bem como da Metodologia de escrutínio das iniciativas europeias aprovada em 1 de março de 2016, proceder à apreciação global



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

e à elaboração da síntese das deliberações das comissões permanentes da Assembleia da República, redigindo um parecer final.

Anexo I: Novas iniciativas:

N.º	Objetivo estratégico	Iniciativas	Comissões, ALRA e ALRAM
1.	Mercado da eletricidade	Revisão das regras do mercado interno da eletricidade da UE (iniciativa legislativa, incl. avaliação de impacto, artigo 194.º do TFUE, T1 2023)	11.ª CAENE; ALRA
2.	Hidrogénio renovável	Banco europeu de hidrogénio (iniciativa legislativa ou não legislativa, T3 2023)	11.ª CAENE;
3.	Redução dos resíduos	Revisão de aspetos ligados aos resíduos alimentares e aos têxteis na Diretiva-Quadro Resíduos (iniciativa legislativa, incl. avaliação de impacto, artigos 191.º e 192.º do TFUE, T2 2023)	7.ª CAPes; 11.ª CAENE
4.	Novas técnicas genómicas	Legislação sobre plantas produzidas através de certas novas técnicas genómicas (iniciativa legislativa, incl. avaliação de impacto, T2 2023, em resposta à Decisão (UE) 2019/1904 do Conselho, adotada	7.ª CAPes; 11.ª CAENE;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

		ao abrigo do artigo 241.º do TFUE, que solicita à Comissão que apresente « <i>um estudo sobre o estatuto das novas técnicas genómicas ao abrigo do direito da União, e uma proposta, se for caso disso, tendo em conta os resultados do estudo</i> »)	
5.	Bem-estar dos animais	Bem-estar dos animais — revisão da legislação da UE (iniciativa legislativa, incl. avaliação de impacto, artigos 43.º e 114.º do TFUE, T3 2023)	1.ª CACDLG; 7.ª CAPes; 11.ª CAENE;
6.	Sistemas alimentares sustentáveis	Quadro legislativo para sistemas alimentares sustentáveis (iniciativa legislativa, incl. avaliação de impacto, T3 2023)	7.ª CAPes; 11.ª CAENE;
7.	Solos saudáveis	Iniciativa sobre a proteção, gestão sustentável e restauração dos solos da UE (iniciativa legislativa, incl. avaliação de impacto, artigo 192.º, n.º 1, do TFUE, T2 2023)	7.ª CAPes; 11.ª CAENE; ALRA
8.	Pacote sobre a ecologização do transporte de mercadorias	a) Transporte internacional de mercadorias e passageiros — aumentar a parte do tráfego ferroviário (iniciativa legislativa, incl. avaliação de impacto, artigo 91.º do TFUE, T2 2023)	11.ª CAENE



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

		b) Revisão da Diretiva Pesos e Dimensões (iniciativa legislativa, incl. avaliação de impacto, artigo 91.º do TFUE, T2 2023)	11.ª CAENE
		c) Revisão da Diretiva Transporte Combinado (iniciativa legislativa, incl. avaliação de impacto, artigos 91.º e 100.º, n.º 2, do TFUE, T2 2023)	11.ª CAENE; ALRAM
9.	Transportes sustentáveis	Iniciativa sobre a ecologização das frotas comerciais (iniciativa legislativa ou não legislativa, T3 2023)	11.ª CAENE
10.	Matérias-primas essenciais	Ato legislativo europeu sobre as matérias-primas essenciais (iniciativa legislativa e não legislativa, incl. avaliação de impacto, artigo 114.º do TFUE, T1 2023)	
11.	Apoio às PME	Revisão da Diretiva Atrasos de Pagamentos (iniciativa legislativa, incl. avaliação de impacto, artigo 114.º do TFUE, T3 2023)	6.ª CEOPPH
12.	Mundos virtuais	Iniciativa sobre os mundos virtuais, como os metaversos (iniciativa não legislativa, T2 2023)	12.ª CCCJD



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

13.	Pacote relativo à concessão de patentes	a) Concessão obrigatória de patentes (iniciativa legislativa, incl. avaliação de impacto, T2 2023)	
		b) Patentes essenciais a uma norma (iniciativa legislativa e não legislativa, incl. avaliação de impacto, T2 2023)	
14.	Saúde pública	Rastreio e registo do amianto nos edifícios (iniciativa legislativa, incl. avaliação de impacto, T2 2023, em resposta à Resolução P9_TA (2021) 0427, adotada ao abrigo do artigo 225.º do TFUE, « <i>Proteger os trabalhadores contra o amianto</i> »)	
15.	Mercado interno	Trinta anos de mercado único (iniciativa não legislativa, T1 2023)	8.ª CEC; ALRA
16.	Gestão do espetro para a década digital	Novo programa da política do espetro radioelétrico (PPER 2.0) (iniciativa legislativa, incl. avaliação de impacto, artigo 114.º do TFUE, T3 2023)	8.ª CEC; 12.ª CCCJD
17.	Digitalização do direito das sociedades	Diretiva para continuar a ampliar e a modernizar as ferramentas e processos digitais no quadro do direito das sociedades (iniciativa legislativa, incl. avaliação de impacto, artigo 50.º, n.ºs 1 e 2, do TFUE, T1 2023)	12.ª CCCJD



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

18.	Pacote de mobilidade	a) Um espaço comum europeu de dados sobre a mobilidade (iniciativa não legislativa, T2 2023)	6.ª CEOPPH; ALRAM
		b) Quadro regulamentar da UE para o hipercomboio (iniciativa legislativa, incl. avaliação de impacto, artigo 91.º do TFUE, T3 2023)	6.ª CEOPPH
19.	Luta contra a pirataria	Recomendação sobre a pirataria de conteúdos em direto (iniciativa não legislativa, T2 2023, em resposta à Resolução P9_TA(2021)0236, adotada ao abrigo do artigo 225.º do TFUE, «Desafios enfrentados pelos organizadores de eventos desportivos no ambiente digital»)	8.ª CEC; 12.ª CCCJD
20.	Quadro financeiro plurianual	Análise do funcionamento do quadro financeiro plurianual, que pode incluir uma revisão (iniciativa não legislativa e/ou legislativa, artigos 312.º e 295.º do TFUE, T2 2023)	6.ª CEOPPH; ALRA
21.	Governança económica	Análise da governança económica (iniciativa legislativa ou não legislativa, T1 2023)	
22.	Recursos próprios	Segundo conjunto de novos recursos próprios (iniciativa legislativa, artigos 311.º e 322.º do TFUE, T3 2023)	5ª COF



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

23.	Fiscalidade das empresas	Empresas na Europa: quadro para a tributação dos rendimentos (BEFIT) (iniciativa legislativa, incl. avaliação de impacto, artigo 115.º do TFUE, T3 2023)	5ª COF; ALRAM
24.	Acesso aos dados nos serviços financeiros	a) Quadro de finança aberta (iniciativa legislativa, incl. avaliação de impacto, artigo 114.º do TFUE, T2 2023)	
		b) Revisão das regras da UE em matéria de serviços de pagamento (iniciativa legislativa, incl. avaliação de impacto, artigo 114.º do TFUE, T2 2023)	
25.	Reforçar o papel do euro	a) Euro digital (iniciativa legislativa, incl. avaliação de impacto, artigo 133.º do TFUE, T2 2023)	
		b) Alcance e consequências do curso legal das notas e moedas em euros (iniciativa legislativa, artigo 133.º do TFUE, T2 2023)	
26.	Pacote de produtos de investimento de retalho	Melhorar o quadro de investimento de retalho (iniciativa legislativa, incl. avaliação de impacto, artigo 114.º do TFUE, T1 2023)	



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

27.	Pacote relativo à economia social	a) Recomendação do Conselho relativa ao desenvolvimento de condições-quadro para a economia social (iniciativa não legislativa, T2 2023)	
		b) Atividades transfronteiras das associações (iniciativa legislativa, incl. avaliação de impacto, artigo 114.º do TFUE, T2 2023, em resposta à Resolução P9_TA(2022)0044, adotada ao abrigo do artigo 225.º do TFUE, « <i>Um estatuto para as associações europeias transfronteiriças e as organizações sem fins lucrativos</i> »)	
28.	Promover melhores estágios	Reforço do quadro de qualidade para os estágios (iniciativa não legislativa e/ou legislativa, T2 2023)	12.ª CCCJD; 13.ª CAPOTPL; 10.ª CTSSI
29.	Utilização competitiva e eficiente da capacidade aeroportuária	Revisão do Regulamento relativo às faixas horárias nos aeroportos (iniciativa legislativa, incl. avaliação de impacto, artigo 100.º, n.º 2, do TFUE, T3 2023)	6.ª CEOPPH
30.	Dimensão de segurança e defesa do espaço	Comunicação conjunta sobre uma estratégia espacial da UE para a segurança e a defesa	2ª CNECP; 3ªCDN; ALRA



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

		(iniciativa não legislativa, T2 2023)	
31.	Relações com a América Latina e as Caraíbas	Comunicação conjunta sobre uma nova agenda para a América Latina e as Caraíbas (iniciativa não legislativa, T2 2023)	2ª CNECP
32.	Segurança marítima	Comunicação conjunta sobre a atualização da Estratégia de Segurança Marítima da UE (iniciativa não legislativa, T1 2023)	2ª CNECP; 3ªCDN; ALRA
33.	Boa governação	Definir um quadro de sanções contra a corrupção (iniciativa legislativa, T2 2023)	2ª CNECP
34.	Saúde mental	Uma abordagem abrangente da saúde mental (iniciativa não legislativa, T2 2023)	9.ª CS; ALRA
35.	Migração legal	Reconhecimento de qualificações de nacionais de países terceiros (iniciativa não legislativa e/ou legislativa, T3 2023)	10.ª CTSSI
36.	Espaço Schengen resiliente	Digitalização dos documentos de viagem e facilitação das viagens (iniciativa legislativa, incl. avaliação de impacto, artigo 77.º, n.º 2, alíneas b) e d), do TFUE, T3 2023)	



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

37.	Combate ao abuso sexual de crianças	Revisão da Diretiva Abuso Sexual de Crianças (iniciativa legislativa, incl. avaliação de impacto, artigos 82.º, n.º 2, e 83.º, n.º 1, do TFUE, T3 2023)	1ª CACDLG
38.	Cibersegurança	Academia de competências de cibersegurança (iniciativa não legislativa, T3 2023)	
39.	Mobilidade para fins de aprendizagem	Recomendação do Conselho sobre um quadro atualizado da mobilidade para fins de aprendizagem (iniciativa não legislativa, artigos 165.º, 166.º e 292.º do TFUE, T3 2023)	ALRA; 10.ª CTSSI
40.	Pacote de prevenção	a) Revisão da Recomendação do Conselho sobre a criação de espaços sem fumo (iniciativa não legislativa, artigos 153.º, 168.º e 292.º do TFUE, T3 2023)	9.ª CS
		b) Recomendação do Conselho sobre os Cancros de Prevenção Vacinal (iniciativa não legislativa, artigos 168.º e 292.º do TFUE, T3 2023)	9.ª CS
41.	Pacote defesa da democracia	Pacote defesa da democracia, incluindo uma iniciativa sobre a proteção da esfera democrática da UE contra a influência estrangeira dissimulada (iniciativa legislativa e não	



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

		legislativa, artigo 114.º do TFUE, T2 2023)	
42.	Pacote anticorrupção	Atualização do quadro legislativo anticorrupção (iniciativa legislativa, artigo 83.º, n.º 1, do TFUE, T3 2023)	1ª CACDLG; 14.ª CTED
43.	Direitos das pessoas com deficiência	Cartão Europeu de Deficiência (iniciativa legislativa, incl. avaliação de impacto, T4 2023)	10.ª CTSSI ;9.ª CS



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Anexo II: Iniciativas REFIT

N.º	Título	Objetivo / potencial de simplificação (breve explicação do objetivo de redução e simplificação dos encargos)	Comissões, ALRA e ALRAM
1.	Revisão do REACH: alterações específicas do Regulamento (CE) n.º 1907/2006 relativo ao registo, avaliação e autorização dos produtos químicos	Esta revisão de alguns pontos específicos, anunciada na estratégia para a sustentabilidade dos produtos químicos e no plano de ação para a poluição zero, visa garantir vantagens competitivas europeias e a inovação, promovendo produtos químicos sustentáveis, simplificando e racionalizando o processo regulamentar, reduzindo os encargos e protegendo a saúde humana e o ambiente. (iniciativa legislativa, incl. avaliação de impacto, artigo 114.º do TFUE, T4 2023)	7.ª CAPes; 9.ª CS; 11.ª CAENE



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

N.º	Título	Objetivo / potencial de simplificação (breve explicação do objetivo de redução e simplificação dos encargos)	Comissões, ALRA e ALRAM
2.	Revisão das regras da UE — melhorar o acesso e a disponibilidade, partilhar e reutilizar dados químicos para efeitos de avaliações da segurança química	<p>Esta iniciativa, anunciada na estratégia para a sustentabilidade dos produtos químicos e no plano de ação para a poluição zero, melhorará o acesso aos dados dos produtos químicos, eliminando os obstáculos técnicos e administrativos à reutilização de dados e alargando os conceitos de dados abertos e de transparência, com base no princípio de que os dados devem ser fáceis de encontrar, interoperáveis, seguros, partilhados e reutilizáveis.</p> <p>Esta iniciativa reforçará a utilização de todos os dados disponíveis, aumentará a transparência e permitirá às autoridades europeias e nacionais, se necessário, realizar ensaios e monitorizar produtos químicos no âmbito do quadro regulamentar. A iniciativa permitirá recolher, utilizar e partilhar informações existentes de forma mais eficiente, de forma a racionalizar os fluxos de dados entre as agências, a Comissão, os Estados-Membros e a indústria.</p> <p>(iniciativa legislativa, artigo 114.º do TFUE, T4 2023)</p>	11.ª CAENE



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

N.º	Título	Objetivo / potencial de simplificação (breve explicação do objetivo de redução e simplificação dos encargos)	Comissões, ALRA e ALRAM
3.	Revisão do pacote «Inspeção Técnica Automóvel»	<p>A revisão do pacote, anunciada na estratégia de mobilidade sustentável e inteligente para garantir a conformidade ao longo da vida dos veículos com as normas de emissão e segurança (ação 7), implica a revisão de três diretivas, a saber: a Diretiva 2014/45/CE relativa à inspeção técnica periódica dos veículos a motor; a Diretiva 2014/47/CE relativa à inspeção técnica na estrada dos veículos comerciais; e a Diretiva 1999/37/CE, alterada pela Diretiva 2014/46/UE, relativa aos documentos de matrícula dos veículos.</p> <p>Os objetivos específicos são assegurar o funcionamento de componentes eletrónicos de segurança modernos, de sistemas avançados de assistência ao condutor e de funções automatizadas ao longo da vida dos veículos, realizar testes significativos de emissões durante as inspeções dos veículos e melhorar o armazenamento e o intercâmbio eletrónicos de informações pertinentes relativas à inspeção técnica e ao estado/dados de identificação dos veículos entre os Estados-Membros da UE, bem como facilitar a digitalização de documentos e certificados administrativos.</p> <p>(iniciativa legislativa, incl. avaliação de impacto, artigo 91.º do TFUE, T3 2023)</p>	11.ª CAENE
4.	Revisão do Regulamento Etiquetagem dos Têxteis	<p>A Comissão efetuará uma revisão do Regulamento Etiquetagem dos Têxteis, de forma a introduzir especificações para a etiquetagem física e digital dos têxteis, incluindo parâmetros de sustentabilidade e de circularidade baseados nos requisitos ao abrigo da proposta de regulamento relativo à conceção ecológica de produtos sustentáveis.</p> <p>(iniciativa legislativa, incl. avaliação de impacto, artigo 114.º do TFUE, T4 2023)</p>	



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

N.º	Título	Objetivo / potencial de simplificação (breve explicação do objetivo de redução e simplificação dos encargos)	Comissões, ALRA e ALRAM
5.	Revisão das regras da UE que harmonizam os serviços de informação fluvial	<p>As regras da UE que harmonizam os serviços de informação fluvial estabelecem um quadro de interoperabilidade para os serviços de informação digital no setor do transporte por vias navegáveis interiores da UE. Esta iniciativa abordará as lacunas identificadas no quadro atual, racionalizará o processo de definição de normas técnicas e terá em conta novos desenvolvimentos no domínio da digitalização, integrando a estratégia de mobilidade sustentável e inteligente (ação 43).</p> <p>A utilização harmonizada dos serviços de informação fluvial a nível da UE deverá reduzir custos (poupança de tempo, custos de transação, encargos administrativos e custos inerentes às perturbações) para as empresas de transporte, aumentando a eficiência das operações através, por exemplo, de um melhor planeamento dos recursos, custos de tratamento mais baixos, uma administração mais rápida, exatidão dos dados, acesso em tempo real e intercâmbio de informações.</p> <p>(iniciativa legislativa, incl. avaliação de impacto, artigo 91.º do TFUE, T3 2023)</p>	6.ª CEOPPH



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

N.º	Título	Objetivo / potencial de simplificação (breve explicação do objetivo de redução e simplificação dos encargos)	Comissões, ALRA e ALRAM
6.	Revisão do quadro regulamentar relativo aos direitos dos passageiros	<p>Esta revisão visa assegurar a resiliência do quadro de direitos dos passageiros em situações de crise, propondo, quando aplicável, alterações à regulamentação em vigor, a fim de estabelecer um regime de proteção financeira adequado para proteger os passageiros dos transportes aéreos contra o risco de crise de liquidez ou de insolvência no que respeita ao reembolso de bilhetes e garantir, se necessário, o seu repatriamento. Incluirá igualmente opções para os bilhetes multimodais, regras em matéria de reembolso aplicáveis a empresas múltiplas e aos consumidores no caso de reservas através de um vendedor de bilhetes intermediário, bem como regras relativas ao direito ao reembolso em caso de autocancelamento por passageiros em circunstâncias extraordinárias. Esta iniciativa, que tem igualmente por objetivo contribuir para uma melhor aplicação dos direitos dos passageiros, foi anunciada na estratégia de mobilidade sustentável e inteligente (ações 63 e 64).</p> <p>(iniciativa legislativa, incl. avaliação de impacto, artigos 91.º e 100.º, n.º 2, do TFUE, T2 2023)</p>	6.ª CEOPPH
7.	Revisão do quadro de variação para os medicamentos	<p>A revisão do quadro de variação para os medicamentos foi anunciada na estratégia farmacêutica para a Europa. As alterações, que complementam as introduzidas no contexto da revisão da legislação farmacêutica, poderão conduzir à redução dos encargos administrativos para a indústria e libertar recursos que são atualmente absorvidos pelo grande número de variações. Esta iniciativa visa rever as atuais regras que estabelecem os procedimentos para as alterações pós-autorização das autorizações de introdução no mercado de medicamentos para uso humano. O objetivo é melhorar a eficiência da gestão do ciclo de vida dos medicamentos.</p> <p>(iniciativa não legislativa, T4 2023)</p>	9.ª CS



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

N.º	Título	Objetivo / potencial de simplificação (breve explicação do objetivo de redução e simplificação dos encargos)	Comissões, ALRA e ALRAM
8.	Revisão da resolução alternativa de litígios e do quadro relativo à resolução em linha para melhorar a execução do direito dos consumidores	Um quadro sólido de resolução alternativa de litígios (RAL) permitirá que os consumidores e as empresas resolvam os seus litígios de forma rápida e a baixo custo, sem recurso a tribunais. O aumento das compras em linha durante a pandemia demonstrou que é possível uma simplificação global, nomeadamente em litígios transfronteiriços, bem como medidas eficazes em termos de custos, por exemplo, através de uma maior utilização de ferramentas digitais e de mecanismos coletivos de RAL. A iniciativa visa modernizar o quadro da RAL tendo em vista o rápido desenvolvimento dos mercados e da publicidade em linha e a necessidade de garantir que os consumidores tenham acesso a sistemas de resolução de litígios justos, neutros e eficientes. (iniciativa legislativa, incl. avaliação de impacto, artigo 114.º do TFUE, T2 2023)	1ª CACDLG; 6.ª CEOPPH



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Anexo III: Propostas prioritárias pendentes

N.º	Título completo	Referências	Comissões, ALRA e ALRAM
Um Pacto Ecológico Europeu			
1.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à utilização sustentável de produtos fitofarmacêuticos e	COM(2022) 305 final 2022/0196 (COD) 22.6.2022	7.ª CAPes; 11.ª CAENE



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	que altera o Regulamento (UE) 2021/2115		
2.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à restauração da natureza	COM(2022) 304 final 2022/0195 (COD) 22.6.2022	ALRA; 11.ª CAENE
3.	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que	COM(2022) 156 final 2022/0104 (COD) 5.4.2022	11.ª CAENE



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	<p>altera a Diretiva 2010/75/U E do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro de 2010, relativa às emissões industriais (prevenção e controlo integrados da poluição) e a Diretiva 1999/31/C E do Conselho, de 26 de abril de 1999, relativa à deposição de resíduos em aterros</p>		
--	---	--	--



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

4.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1005/2009	COM(2022) 151 final 2022/0100 (COD) 5.4.2022	11.ª CAENE
5.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO	COM(2022) 150 final 2022/0099 (COD) 5.4.2022	11.ª CAENE



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	ENTO EUROPE U E DO CONSEL HO relativo aos gases fluorados com efeito de estufa, que altera a Diretiva (UE) 2019/1937 e que revoga o Regulamen to (UE) n.º 517/2014		
6.	Proposta de REGULA MENTO DO PARLAM ENTO EUROPE U E DO CONSEL	COM(202 2) 144 final 2022/0094 (COD) 30.3.2022	11.ª CAENE



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	HO que estabelece condições harmonizadas para a comercialização dos produtos de construção, que altera o Regulamento (UE) 2019/1020 e que revoga o Regulamento (UE) n.º 305/2011		
7.	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO	COM(2022) 143 final 2022/0092 (COD) 30.3.2022	6.ª CEOPPH; 7.ª CAPes; 11.ª CAENE



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	HO que altera as Diretivas 2005/29/C E e 2011/83/U E no que diz respeito à capacitação dos consumidores para a transição ecológica através de uma melhor proteção contra práticas desleais e de melhor informação		
8.	Proposta de REGULAMENTO DO	COM(2022) 142 final 2022/0095	11.ª CAENE



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece um quadro para definir os requisitos de conceção ecológica dos produtos sustentáveis e que revoga a Diretiva 2009/125/CE	(COD) 30.3.2022	
9.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO	COM(2022) 134 final 2022/0089 (COD) 31.3.2022	7.ª CAPes; 11.ª CAENE; ALRA



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	<p>EUROPE U E DO CONSEL HO relativo às indicações geográficas da União Europeia para o vinho, as bebidas espirituosa s e os produtos agrícolas, e aos regimes de qualidade dos produtos agrícolas, que altera os Regulamen tos (UE) n.º 1308/2013, (UE) 2017/1001</p>		
--	---	--	--



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	e (UE) 2019/787 e que revoga o Regulamen to (UE) n.º 1151/2012		
10.	Proposta de DIRETIV A DO PARLAM ENTO EUROPE U E DO CONSEL HO que altera a Diretiva 2010/40/U E, que estabelece um quadro para a implantaçã o de sistemas de transporte inteligente	COM(202 1) 813 final 2021/0419 (COD) 14.12.202 1	6.ª CEOPPH; 11.ª CAENE



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	s no transporte rodoviário, inclusive nas interfaces com outros modos de transporte		
11.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo às orientações da União para o desenvolvimento da rede transeuropeia de	COM(2021) 812 final 2021/0420 (COD) 14.12.2021	11.ª CAENE



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	transportes , que altera o Regulamen to (UE) 2021/1153 e o Regulamen to (UE) n.º 913/2010 e revoga o Regulamen to (UE) n.º 1315/2013		
12.	Proposta de REGULA MENTO DO PARLAM ENTO EUROPE U E DO CONSEL HO relativo à redução das emissões	COM(202 1) 805 final 2021/0423 (COD) 15.12.202 1	11.ª CAENE



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	de metano no setor da energia e que altera o Regulamento (UE) 2019/942		
13.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo aos mercados internos do gás natural e gases renováveis e do hidrogénio	COM(2021) 804 final 2021/0424 (COD) 15.12.2021	11.ª CAENE; ALRAM



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	(reformulação)		
14.	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a regras comuns para os mercados internos do gás natural e gases renováveis e do hidrogénio	COM(2021) 803 final 2021/0425 (COD) 15.12.2021	11.ª CAENE
15.	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO	COM(2021) 802 final 2021/0426 (COD)	11.ª CAENE; ALRAM.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	EUROPE U E DO CONSEL HO relativa ao desempenh o energético dos edifícios (reformula ção)	15.12.202 1	
16.	Proposta de REGULA MENTO DO PARLAM ENTO EUROPE U E DO CONSEL HO relativo às transferênc ias de resíduos e que altera os	COM(202 1) 709 final 2021/0367 (COD) 17.11.202 1	11.ª CAENE



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	Regulamentos (UE) n.º 1257/2013 e (UE) 2020/1056		
17.	Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Decisão (UE) 2015/1814 no respeitante à quantidade de licenças de emissão a inserir na reserva de estabilizaç	COM(2021) 571 final 2021/0202 (COD) 14.7.2021	6.ª CEOPPH; 11.ª CAENE; ALTAM



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	ção do mercado do sistema de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa da União até 2030		
18.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria o Fundo Social para a Ação Climática	COM(2021) 568 final 2021/0206 (COD) 14.7.2021	11.ª CAENE; ALRAM



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

19.	Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2003/87/CE no respeitante à notificação aos operadores de aeronaves com base na União da compensação no âmbito de uma medida baseada no	COM(2021) 567 final 2021/0204 (COD) 14.7.2021	11.ª CAENE
-----	---	---	-------------------



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	mercado global		
20.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria um mecanismo de ajustamento carbónico fronteiriço	COM(2021) 564 final 2021/0214 (COD) 14.7.2021	11.ª CAENE
21.	Proposta de DIRETIVA DO CONSELHO que reestrutura o quadro da União	COM(2021) 563 final 2021/0213 (CNS) 14.7.2021	11.ª CAENE; ALRAM



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	de tributação dos produtos energéticos e da eletricidad e (reformula ção)		
22.	Proposta de REGULA MENTO DO PARLAM ENTO EUROPE U E DO CONSEL HO relativo à utilização de combustív eis renováveis e hipocarbón	COM(202 1) 562 final 2021/0210 (COD) 14.7.2021	11.ª CAENE; ALRAM; ALRA



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	icos nos transportes marítimos e que altera a Diretiva 2009/16/CE		
23.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à garantia de condições de concorrência equitativas para um transporte	COM(2021) 561 final 2021/0205 (COD) 14.7.2021	11.ª CAENE; ALRAM; ALRA



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	aéreo sustentável		
24.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à criação de uma infraestrutura para combustíveis alternativos e que revoga a Diretiva 2014/94/UE do Parlamento Europeu e	COM(2021) 559 final 2021/0223 (COD) 14.7.2021	11.ª CAENE; ARLRAM



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	do Conselho		
25.	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à eficiência energética (reformulação)	COM(2021) 558 final 2021/0203 (COD) 14.7.2021	11.ª CAENE
26.	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva	COM(2021) 557 final 2021/0218 (COD) 14.7.2021	11.ª CAENE; ALRAM



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	<p>(UE) 2018/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, o Regulamen to (UE) 2018/1999 do Parlamento Europeu e do Conselho e a Diretiva 98/70/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante à promoção de energia de fontes renováveis</p>		
--	--	--	--



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	e que revoga a Diretiva (UE) 2015/652 do Conselho		
27.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) 2019/631 no respeitante ao reforço das normas de desempenho em	COM(2021) 556 final 2021/0197 (COD) 14.7.2021	11.ª CAENE



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	matéria de emissões de CO ₂ dos automóveis novos de passageiros e dos veículos comerciais ligeiros novos em consonância com o aumento da ambição da União em matéria de clima		
28.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que	COM(2021) 555 final 2021/0200 (COD) 14.7.2021	11.ª CAENE



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	<p>altera o Regulamento (UE) 2018/842 relativo às reduções anuais obrigatórias das emissões de gases com efeito de estufa pelos Estados-Membros entre 2021 e 2030 como contributo para a ação climática a fim de cumprir os compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Paris</p>		
--	---	--	--



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

29.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) 2018/841 no respeitante ao âmbito de aplicação, à simplificação das regras de conformidade, ao estabelecimento das metas dos Estados-	COM(2021) 554 final 2021/0201 (COD) 14.7.2021	7.ª CAPes; 11.ª CAENE; ALRA
-----	---	---	------------------------------------



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	<p>Membros para 2030 e ao compromisso de alcançar coletivamente a neutralidade e climática nos setores do uso dos solos, das florestas e da agricultura até 2035, e o Regulamento (UE) 2018/1999 no respeitante à melhoria dos processos de monitorização, comunicação,</p>		
--	---	--	--



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	ção de informações, acompanhamento dos progressos e análise		
30.	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2003/87/CE no respeitante à contribuição do setor da aviação para a meta de redução	COM(2021) 552 final 2021/0207 (COD) 14.7.2021	11.ª CAENE;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	das emissões a nível de toda a economia da União e à aplicação adequada de uma medida baseada no mercado global		
31.	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2003/87/CE, relativa à criação de um	COM(2021) 551 final 2021/0211 (COD) 14.7.2021	11.ª CAENE; ALRAM



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	<p>sistema de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa na União, a Decisão (UE) 2015/1814, relativa à criação e ao funcionamento de uma reserva de estabilização do mercado para o regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa da União, e</p>		
--	---	--	--



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	o Regulamento (UE) 2015/757		
32.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à implementação do Céu Único Europeu (reformulação)	COM(2020) 579 final 22.9.2020 COM(2013) 410 final 2013/0186 (COD) 11.6.2013	ALRA; 11.ª CAENE
33.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO	COM(2020) 577 final 2020/0264 (COD) 22.9.2020	6.ª CEOPPH; 11.ª CAENE



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	EUROPE U E DO CONSEL HO que altera o Regulamen to (UE) 2018/1139 no que diz respeito à capacidade da Agência da União Europeia para a Segurança da Aviação de agir na qualidade de órgão de análise do desempenh o do céu único europeu		
34.	Proposta de REGULA	COM(201 8) 368 final	7.ª CAPes; 11.ª CAENE; ALRA



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	MENTO DO PARLAM ENTO EUROPE U E DO CONSEL HO que altera o Regulamen to (CE) n.º 1224/2009 do Conselho e os Regulamen tos (CE) n.º 76 8/2005, (CE) n.º 19 67/2006, (CE) n.º 10 05/2008 e (UE) 2016/ 1139 do Parlamento Europeu e do Conselho, no que	2018/0193 (COD) 30.5.2018	
--	--	---------------------------------	--



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	respeita ao controlo das pescas		
35.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 261/2004 que estabelece regras comuns para a indemnização e a assistência aos passageiros dos	COM(2013) 130 final 2013/0072 (COD) 13.3.2013	6.ª CEOPPH; 11.ª CAENE; ALRA



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	<p>transportes aéreos em caso de recusa de embarque e de cancelamento ou atraso considerável dos voos e o Regulamento (CE) n.º 2027/97 relativo à responsabilidade das transportadoras aéreas no transporte de passageiros e respetiva bagagem</p>		
Uma Europa preparada para a era digital			



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

36.	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à adaptação das regras de responsabilidade civil extracontratual à inteligência artificial (Diretiva Responsabilidade da IA)	COM(2022) 496 final 2022/0303 (COD) 28.9.2022	1ª CACDLG
37.	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO	COM(2022) 495 final 2022/0302 (COD)	



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	ENTO EUROPE U E DO CONSEL HO relativa à responsabil idade decorrente de produtos defeituosos	28.9.2022	
38.	Proposta de REGULA MENTO DO PARLAM ENTO EUROPE U E DO CONSEL HO que estabelece um instrument o de emergênci a do	COM(202 2) 459 final 2022/0278 (COD) 19.9.2022 COM(202 2) 461 final 2022/0279 (COD) 19.9.2022 COM(202 2) 462 final	



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	<p>mercado único e que revoga o Regulamen to (CE) n.º 2679/98 do Conselho</p> <p>Proposta de REGULA MENTO DO PARLAM ENTO EUROPE U E DO CONSEL HO que altera os Regulamen tos (UE) 2016/424, (UE) 2016/425, (UE) 2016/426,</p>	<p>2022/0280 (COD) 19.9.2022</p>	
--	---	--	--



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	<p>(UE) 2019/1009 e (UE) n.º 305/2011 no respeitante aos procedime ntos de emergênci a para a avaliação da conformid ade, a adoção de especificaç ões comuns e a fiscalizaçã o do mercado devido a uma emergênci a no mercado único</p>		
--	---	--	--



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

<p>Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera as Diretivas 2000/14/CE, 2006/42/CE, 2010/35/UE, 2013/29/UE, 2014/28/UE, 2014/29/UE, 2014/30/UE, 2014/31/UE, 2014/32/UE,</p>		
---	--	--



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	<p>2014/33/U E, 2014/34/U E, 2014/35/U E, 2014/53/U E e 2014/68/U E no respeitante aos procedime ntos de emergênci a para a avaliação da conformid ade, a adoção de especificaç ões comuns e a fiscalizaçã o do mercado decorrente s de uma emergênci</p>		
--	---	--	--



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	a no mercado único		
39.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à proibição de produtos fabricados com recurso ao trabalho forçado no mercado da União (UE) 2019/1020	COM(2022) 454 final 2022/0272 (COD) 15.9.2022	10.ª CTSSI



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

40.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece o instrumento para reforçar a indústria europeia de defesa através da contratação pública colaborativa	COM(2022) 349 final 2022/0219 (COD) 19.7.2022	
41.	Proposta de REGULAMENTO DO	COM(2022) 68 final 2022/0047 (COD) 23.2.2022	1ª CACDLG; 12.ª CCCJD



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo a regras harmonizadas sobre o acesso equitativo aos dados e a sua utilização (Regulamento Dados)		
42.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece	COM(2022) 57 final 2022/0039 (COD) 15.2.2022	12.ª CCCJD



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	o programa Conectividade Segura da União para o período 2023-2027		
43.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece um quadro de medidas para reforçar o ecossistema europeu dos semicondutores (Regulame	COM(2022) 46 final 2022/0032 (COD) 8.2.2022	



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	nto Circuitos Integrados)		
44.	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à melhoria das condições de trabalho nas plataformas digitais	COM(2021) 762 final 2021/0414 (COD) 9.12.2021	12.^a CCCJD; 13.^a CAPOTPL; 10.^a CTSSI
45.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU	COM(2021) 281 final 2021/0136 (COD) 3.6.2021	12.^a CCCJD; 13.^a CAPOTPL



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	U E DO CONSEL HO que altera o Regulamen to (UE) n.º 910/201 4 no respeitante à criação de um Quadro Europeu para a Identidade Digital		
46.	Proposta de REGULA MENTO DO PARLAM ENTO EUROPE U E DO CONSEL HO que estabelece regras	COM(202 1) 206 final 2021/0106 (COD) 21.4.2021	1ª CACDLG; 8.ª CEC; 12.ª CCCJD



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	harmoniza das em matéria de inteligênci a artificial (Regulame nto Inteligênci a Artificial) e altera determinad os atos legislativos da união		
47.	Proposta de REGULA MENTO DO PARLAM ENTO EUROPE U E DO CONSEL HO relativo ao respeito pela vida	COM(201 7) 10 final 2017/0003 (COD) 10.1.2017	1ª CACDLG; 12.ª CCCJD



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	privada e à proteção dos dados pessoais nas comunicações eletrónicas e que revoga a Diretiva 2002/58/CE (Regulamento relativo à privacidade e às comunicações eletrónicas)		
Uma economia ao serviço das pessoas			
48.	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO	COM(2022) 489 final 2022/0298 (COD) 28.9.2022	9.ª CS; 13.ª CAPOTPL; 10.ª CTSSI



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	EUROPE U E DO CONSEL HO que altera a Diretiva 2009/148/ CE relativa à proteção dos trabalhador es contra os riscos de exposição ao amianto durante o trabalho		
49.	Proposta de REGULA MENTO DO PARLAM ENTO EUROPE U E DO CONSEL HO que	COM(202 2) 453 final 2022/0269 (COD) 14.9.2022	13.ª CAPOTPL; 10.ª CTSSI



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	proíbe os produtos fabricados com recurso ao trabalho forçado no mercado da União		
50.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE, Euratom) 2018/1046 relativo às disposições financeiras	COM(2022) 223 final 2022/0162 (COD) 16.5.2022	



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	aplicáveis ao orçamento geral da União [reformulação]		
51.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE, Euratom) 2018/1046 relativo às disposições financeiras aplicáveis ao	COM(2022) 184 final 2022/0125 (COD) 22.4.2022	



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	orçamento geral da União		
52.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 909/2014 no que diz respeito à disciplina da liquidação, à prestação transfronteiras de serviços, à cooperação no domínio	COM(2022) 120 final 2022/0074 (COD) 16.3.2022	



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	da supervisão, à prestação de serviços bancários auxiliares e aos requisitos aplicáveis às centrais de valores mobiliários de países terceiros		
53.	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa ao dever de diligência das empresas	COM(2022) 71 final 2022/0051 (COD) 23.2.2022	11.ª CAENE



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	em matéria de sustentabilidade e que altera a Diretiva (UE) 2019/1937		
54.	Proposta de DIRETIVA DO CONSELHO relativa à fixação de um nível mínimo mundial de tributação para os grupos multinacionais na União	COM(2021) 823 final 2021/0433 (CNS) 22.12.2021	
55.	Proposta de REGULAMENTO	COM(2021) 776 final 2021/0407	



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	DO PARLAM ENTO EUROPE U E DO CONSEL HO que altera o Regulamen to (UE) n.º 549/2013 e revoga onze atos jurídicos no domínio das contas nacionais	(COD) 10.12.202 1	
56.	Proposta de REGULA MENTO DO PARLAM ENTO EUROPE U E DO CONSEL HO relativo à	COM(202 1) 775 final 2021/0406 (COD) 8.12.2021	



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	proteção da União e dos Estados-Membros contra medidas de coerção económica adotadas por países terceiros		
57.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 600/2014 no que respeita ao	COM(2021) 727 final 2021/0385 (COD) 25.11.2021	



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	reforço da transparência dos dados de mercado, à eliminação dos obstáculos à emergência de um sistema de informação consolidada, à otimização das obrigações de negociação e à proibição de receber pagamentos pelo envio de ordens de clientes		
--	---	--	--



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

58.	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2014/65/UE relativa aos mercados de instrumentos financeiros	COM(2021) 726 final 2021/0384 (COD) 25.11.2021	
59.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO	COM(2021) 723 final 2021/0378 (COD) 25.11.2021	



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

<p>CONSELHO que estabelece um ponto de acesso único europeu destinado a permitir um acesso centralizado a informações publicamente disponíveis com relevância para os serviços financeiros, os mercados de capitais e a sustentabilidade</p>		
--	--	--



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera determinados regulamentos no que respeita ao estabelecimento e ao funcionamento do ponto de acesso único europeu	COM(2021) 724 final 2021/0379 (COD) 25.11.2021
Proposta de DIRETIVA DO	COM(2021) 725 final 2021/0380



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	PARLAM ENTO EUROPE U E DO CONSEL HO que altera determinad as diretivas no que respeita ao estabeleci mento e ao funcionam ento do ponto de acesso único europeu	(COD) 25.11.202 1	
60.	Proposta de REGULA MENTO DO PARLAM ENTO EUROPE U E DO CONSEL	COM(202 1)722 final 2021/0377 (COD) 25.11.202 1	



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	<p>HO que altera o Regulamento (UE) 2015/760 no que respeita ao âmbito dos ativos e investimentos elegíveis, aos requisitos em matéria de composição e diversificação da carteira, à contração de empréstimos em numerário e outros regulamentos dos fundos e</p>		
--	---	--	--



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	no que respeita aos requisitos relativos à autorização, às políticas de investimento e às condições de funcionamento dos fundos europeus de investimento a longo prazo		
61.	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO	COM(2021) 721 final 2021/0376 (COD) 25.11.2021	



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

<p>HO que altera as Diretivas 2011/61/U E e 2009/65/C E no respeitante aos acordos de delegação, à gestão do risco de liquidez, à comunicação de informações para fins de supervisão, à prestação de serviços de depositário e de custódia e à concessão de empréstimo</p>		
--	--	--



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	os por fundos de investimento alternativos (DGFIA, OICVM)		
62.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 575/2013 no que diz respeito aos requisitos para o risco de crédito, o	COM(2021) 664 final 2021/0342 (COD) 27.10.2021	



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	risco de ajustament o da avaliação de crédito, o risco operaciona l, o risco de mercado e o limite mínimo dos resultados		
63.	Proposta de DIRETIV A DO PARLAM ENTO EUROPE U E DO CONSEL HO que altera a Diretiva 2013/36/U E no respeitante	COM(202 1) 663 final 2021/0341 (COD) 27.10.202 1	11.ª CAENE



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	às competências de supervisão, às sanções, às sucursais de países terceiros e aos riscos ambientais, sociais e de governação, e que altera a Diretiva 2014/59/UE		
64.	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que	COM(2021) 582 final 2021/0296 (COD) 22.9.2021	



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	estabelece um enquadramento para a recuperação e resolução das empresas de seguros e de resseguros e que altera as Diretivas 2002/47/CE, 2004/25/CE, 2009/138/CE, (UE) 2017/1132 e os Regulamentos (UE) n.º 1094/2010 e (UE) n.º 648/2012		
--	---	--	--



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

65.	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2009/138/CE no que diz respeito à proporcionalidade, à qualidade da supervisão, à comunicação de informações, às medidas de garantia a longo prazo, aos	COM(2021) 581 final 2021/0295 (COD) 22.9.2021	11.ª CAENE
-----	--	---	-------------------



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	instrumentos macroprudenciais, aos riscos em matéria de sustentabilidade, à supervisão de grupo e à supervisão transfronteiras		
66.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à aplicação de um	COM(2021) 579 final 2021/0297 (COD) 22.9.2021	



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	sistema de preferência s pautais generalizadas e que revoga o Regulamento (UE) n.º 978/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho		
67.	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que altera a Decisão (UE, Euratom) 2020/2053 relativa ao sistema de recursos próprios da	COM(2021) 570 final 2021/0430 (CNS) 22.12.2021	



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	União Europeia		
68.	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa aos mecanismos a criar pelos Estados-Membros para prevenir a utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de	COM(2021) 423 final 2021/0250 (COD) 20.7.2021	



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	financiamento do terrorismo e que revoga a Diretiva (UE) 2015/849		
69.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria a Autoridade para o Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiam	COM(2021) 421 final 2021/0240 (COD) 20.7.2021	



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	ento do Terrorismo e altera os Regulamen tos (UE) n.os 1093/ 2010, (UE) 1094/ 2010 e (UE) 1095/ 2010		
70.	Proposta de REGULA MENTO DO PARLAM ENTO EUROPE U E DO CONSEL HO relativo à prevenção da utilização do sistema financeiro para	COM(202 1) 420 final 2021/0239 (COD) 20.7.2021	



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo		
71.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo às obrigações verdes europeias	COM(2021) 391 final 2021/0191 (COD) 6.7.2021	11.ª CAENE
72.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO	COM(2016) 815 final 2016/0397 (COD)	10.ª CTSSI



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	ENTO EUROPE U E DO CONSEL HO que altera o Regulamen to (CE) n.º 883/200 4, relativo à coordenaçã o dos sistemas de segurança social, e o Regulamen to (CE) n.º 987/200 9, que estabelece as modalidad es de aplicação do Regulamen to (CE) n.º 883/200 4	13.12.201 6	
--	---	----------------	--



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

73.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) 806/2014 com vista à criação do Sistema Europeu de Seguro de Depósitos	COM(2015) 586 final 2015/0270 (COD) 24.11.2015	
Uma Europa mais forte no mundo			
74.	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO	COM(2022) 65 final 2022/0045 (NLE) 24.2.2022	2ª CNECP



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	relativa à celebração do Acordo entre a União Europeia, por um lado, e o Governo das Ilhas Faroé, por outro, sobre a participação das Ilhas Faroé em programas da União		
Promoção do modo de vida europeu			
75.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO	COM(2022) 658 final 2022/0132 (COD) 27.4.2022	1ª CACDLG



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	<p>CONSELHO que altera os Regulamentos (CE) n.º 767/2008, (CE) n.º 810/2009 e (UE) 2017/2226 do Parlamento Europeu e do Conselho, os Regulamentos (CE) n.º 1683/95, (CE) n.º 333/2002, (CE) n.º 693/2003 e (CE) n.º 694/2003 do Conselho e a</p>		
--	--	--	--



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	Convenção de aplicação do Acordo de Schengen no respeitante à digitalização dos procedimentos de visto		
76.	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a um procedimento de pedido	COM(2022) 655 final 2022/0131 (COD) 27.4.2022	1ª CACDLG; 10.ª CTSSI



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	<p>único de concessão de uma autorização o única para os nacionais de países terceiros residirem e trabalharem no território de um Estado-Membro e a um conjunto comum de direitos para os trabalhadores de países terceiros que residem legalmente num Estado-</p>		
--	---	--	--



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	Membro (reformulação)		
77.	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa ao estatuto dos nacionais de países terceiros residentes de longa duração (reformulação)	COM(2022) 650 final 2022/0134 (COD) 27.4.2022	
78.	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO	COM(2022) 245 final 2022/0167	



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	ENTO EUROPE U E DO CONSEL HO relativa à recuperaçã o e perda de bens	(COD) 25.5.2022	
79.	Proposta de REGULA MENTO DO PARLAM ENTO EUROPE U E DO CONSEL HO que estabelece regras para prevenir e combater o abuso sexual de crianças	COM(202 2) 209 final 2022/0155 (COD) 11.5.2022	1ª CACDLG
80.	Proposta de	COM(202 2) 197	9.ª CS



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	REGULA MENTO DO PARLAM ENTO EUROPE U E DO CONSEL HO relativo ao Espaço Europeu de Dados de Saúde	final 2022/0140 (COD) 3.5.2022	
81.	Proposta de REGULA MENTO DO PARLAM ENTO EUROPE U E DO CONSEL HO que altera o Regulamen to (UE) 2018/1806	COM(202 2) 189 final 2022/0135 (COD) 27.4.2022	



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	que fixa a lista dos países terceiros cujos nacionais estão sujeitos à obrigação de visto para transpor as fronteiras externas e a lista dos países terceiros cujos nacionais estão isentos dessa obrigação (Koweit, Catar)		
82.	Proposta de REGULAMENTO	COM(2022) 18 final 2022/0009	9.ª CS



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	DO PARLAM ENTO EUROPE U E DO CONSEL HO relativo à Agência da União Europeia para a Droga	(COD) 12.1.2022	
83.	Proposta de REGULA MENTO DO PARLAM ENTO EUROPE U E DO CONSEL HO que altera o Regulamen to (UE) 2016/399 que	COM(202 1)891 final 2021/042 8 (COD) 14.12.202 1	



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	estabelece o código da União relativo ao regime de passagem de pessoas nas fronteiras		
84.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à resposta a situações de instrument alização no domínio da migração e do asilo	COM(2021) 890 final 2021/0427 (COD) 14.12.2021	1ª CACDLG; 2ª CNECP;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

85.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao intercâmbio automatizado de dados para efeitos de cooperação policial («Prüm II»), que altera as Decisões 2008/615/JAI e 2008/616/JAI do Conselho e os	COM(2021) 784 final 2021/0410 (COD) 8.12.2021	
-----	--	---	--



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	Regulamentos (UE) 2018/1726, (UE) 2019/817 e (UE) 2019/818 do Parlamento Europeu e do Conselho		
86.	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa ao intercâmbio de informações entre as autoridades de	COM(2021)782 final 2021/0411 (COD) 8.12.2021	



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	aplicação da lei dos Estados-Membros e que revoga a Decisão-Quadro 2006/960/JAI do Conselho		
87.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à criação do sistema «Eurodac» de comparação de impressões	COM(2020) 614 final 23.9.2020 COM(2016) 272 final 2016/0132 (COD) 4.5.2016	1ª CACDLG



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

<p>digitais para efeitos da aplicação efetiva do [Regulamento (UE) n.º 604/2013, que estabelece os critérios e mecanismos de determinação do Estado-Membro responsável pela análise de pedidos de proteção internacional apresentados num dos Estados-Membros por</p>		
---	--	--



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	nacionais de países terceiros ou apátridas], da identificação de nacionais de países terceiros ou apátridas em situação irregular, e de pedidos de comparação com os dados Eurodac apresentados pelas autoridades responsáveis dos Estados-Membros e		
--	--	--	--



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	pela Europol para fins de aplicação da lei (reformulação)		
88.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à resposta a situações de crise e de força maior no domínio da migração e do asilo	COM(2020) 613 final 2020/0277 (COD) 23.9.2020	1ª CACDLG; 2ª CNECP;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

89.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que introduz uma triagem dos nacionais de países terceiros nas fronteiras externas e que altera os Regulamentos (CE) n.º 767/2008, (UE) 2017/2226, (UE) 2018/1240 e	COM(2020) 612 final 2020/0278 (COD) 23.9.2020	1ª CACDLG; 2ª CNECP
-----	---	---	----------------------------



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	(UE) 2019/ 817		
90.	Proposta de REGULA MENTO DO PARLAM ENTO EUROPE U E DO CONSEL HO que institui um procedime nto comum de proteção internacion al na União Europeia e que revoga a Diretiva 2013/32/UE	COM(2020) 611 final 23.9.2020 COM(2016) 467 final 2016/0224 (COD) 13.7.2016	
91.	Proposta de REGULA	COM(2020) 610 final	1ª CACDLG; 2ª CNECP;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	MENTO DO PARLAM ENTO EUROPE U E DO CONSEL HO relativo à gestão do asilo e da migração e que altera a Diretiva 20 03/109/CE do Conselho e a proposta de Regulamen to (UE) X XX/XXX [Fundo para o Asilo e a Migração]	2020/0279 (COD) 23.9.2020	
92.	Proposta de	COM(201 8) 634	1ª CACDLG; 2ª CNECP



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a normas e procedimentos comuns nos Estados-Membros para o regresso de nacionais de países terceiros em situação irregular (reformulação)	final 2018/0329 (COD) 12.9.2018	
93.	Proposta de REGULA	COM(2016) 468 final	



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	MENTO DO PARLAM ENTO EUROPE U E DO CONSEL HO que institui o Quadro de Reinstalaç ão da União e altera o Regulamen to (UE) n.º 516/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho	2016/0225 (COD) 13.7.2016	
94.	Proposta de REGULA MENTO DO PARLAM ENTO	COM(201 6) 466 final 2016/0223 (COD) 13.7.2016	1ª CACDLG



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	EUROPE U E DO CONSEL HO que estabelece normas relativas às condições a preencher pelos nacionais de países terceiros ou apátridas para poderem beneficiar de proteção internacion al, bem como normas relativas ao estatuto uniforme dos refugiados		
--	--	--	--



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	ou pessoas elegíveis para proteção subsidiária e ao conteúdo da proteção concedida, e que altera a Diretiva 2003/109/CE do Conselho, de 25 de novembro de 2003, relativa ao estatuto dos nacionais de países terceiros residentes de longa duração		
--	--	--	--



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

95.	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece normas em matéria de acolhimento dos requerentes de proteção internacional (reformulação)	COM(2016) 465 final 2016/0222 (COD) 13.7.2016	1ª CACDLG; 2ª CNECP
Um Novo Impulso para a Democracia Europeia			
96.	Proposta de REGULAMENTO DO	COM(2022) 457 final 2022/0277	12.ª CCCJD



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

PARLAM ENTO EUROPE U E DO CONSEL HO que estabelece um quadro comum para os serviços de comunicaç ão social no mercado interno (Regulame nto Liberdade dos Meios de Comunicaç ão Social) e que altera a Diretiva 2010/13/U E	(COD) 16.9.2022	
--	--------------------	--



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

97.	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO sobre a proteção das pessoas envolvidas em processos judiciais manifestamente infundados ou abusivos contra a participação pública («ações judiciais estratégicas contra a	COM(2022) 177 final 2022/0117 (COD) 27.4.2022	
-----	---	---	--



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	participação pública»)		
98.	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa ao combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica	COM(2022) 105 final 2022/0066 (COD) 8.3.2022	1ª CACDLG
99.	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO	COM(2021) 851 final 2021/0422 (COD) 15.12.2021	



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	relativa à proteção do ambiente através do direito penal e que substitui a Diretiva 2008/99/CE		
100.	Uma Europa mais inclusiva e protetora: alargar a lista de crimes da UE à incitação ao ódio e aos crimes motivados pelo ódio	COM(2021) 777 final 9.12.2021	1ª CACDLG
101.	Proposta de DIRETIVA DO	COM(2021) 767 final 2021/0399	1ª CACDLG; 13.ª CAPOTPL



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	PARLAM ENTO EUROPE U E DO CONSEL HO que altera a Decisão 2005/671/J AI do Conselho a fim de a harmonizar com as normas da União em matéria de proteção de dados pessoais	(COD) 1.12.2021	
102.	Proposta de DIRETIV A DO PARLAM ENTO EUROPE U E DO CONSEL	COM(202 1) 760 final 2021/0395 (COD) 1.12.2021	



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	<p>HO que altera a Diretiva 2003/8/CE do Conselho, as Decisões-Quadro 2002/465/J AI, 2002/584/J AI, 2003/577/J AI, 2005/214/J AI, 2006/783/J AI, 2008/909/J AI, 2008/947/J AI, 2009/829/J AI e 2009/948/J AI do Conselho e a Diretiva 2014/41/U</p>		
--	---	--	--



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	E do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito à digitalização da cooperação judiciária		
103.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à digitalização da cooperação judiciária e do acesso à justiça em	COM(2021) 759 final 2021/0394 (COD) 1.12.2021	



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	matéria civil, comercial e penal com incidência transfronteiriça, e que altera determinados atos no domínio da cooperação judiciária		
104.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) 2018/1727	COM(2021) 757 final 2021/0393 (COD) 1.12.2021	1ª CACDLG



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	do Parlamento Europeu e do Conselho e a Decisão 2005/671/J AI do Conselho, no que respeita ao intercâmbio de informações digitais em casos de terrorismo		
105.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que	COM(2021) 756 final 2021/0391 (COD) 1.12.2021	8.ª CEC



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	cria uma plataforma de colaboração para apoiar o funcionamento das equipas de investigação conjuntas e que altera o Regulamento (UE) 2018/1726		
106.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao estatuto e	COM(2021)734 final 2021/0375 (COD) 25.11.2021	14.ª CTED



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	ao financiamento dos partidos políticos europeus e das fundações políticas europeias (reformulação)		
107.	Proposta de DIRETIVA DO CONSELHO que estabelece as regras de exercício do direito de voto e de elegibilidade nas eleições autárquicas	COM(2021) 733 final 2021/0373 (CNS) 25.11.2021	13.ª CAPOTPL



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	dos cidadãos da União residentes num Estado-Membro de que não tenham a nacionalidade (reformulação)		
108.	Proposta de DIRETIVA DO CONSELHO que estabelece o sistema de exercício do direito de voto e de elegibilidade nas eleições	COM(2021) 732 final 2021/0372 (CNS) 25.11.2021	



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	para o Parlamento Europeu dos cidadãos da União residentes num Estado-Membro de que não tenham a nacionalidade (reformulação)		
109.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO sobre a transparência e o	COM(2021) 731 final 2021/0381 (COD) 25.11.2021	



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	direcionam ento da propagand a política		
110.	Proposta de DIRETIV A DO PARLAM ENTO EUROPE U E DO CONSEL HO relativa aos créditos aos consumido res	COM(202 1) 347 final 2021/0171 (COD) 30.6.2021	6.ª CEOPPH
111.	Proposta de REGULA MENTO DO PARLAM ENTO EUROPE U E DO CONSEL	COM(202 1) 346 final 2021/0170 (COD) 30.6.2021	



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	HO relativo à segurança geral dos produtos, que altera o Regulamento (UE) n.º 1025/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga a Diretiva 87/357/CE E do Conselho e a Diretiva 2001/95/CE do Parlamento Europeu e do Conselho		
112.	Proposta de	COM(2021) 93 final	1ª CACDLG; 13.ª CAPOTPL; 10.ª CTSSI



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que reforça a aplicação do princípio da igualdade de remuneração por trabalho igual ou de valor igual entre homens e mulheres mediante a transparência salarial e mecanismos de fiscalizaã	2021/0050 (COD) 4.3.2021	
---	--------------------------	--



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	o do cumprimen to		
113.	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece normas harmonizadas aplicáveis à designação de representantes legais para efeitos de recolha de provas em processo penal	COM(2018) 226 final 2018/0107 (COD) 17.4.2018	



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

114.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo às ordens europeias de entrega ou de conservação de provas eletrónicas em matéria penal	COM(2018) 225 final 2018/0108 (COD) 17.4.2018	
115.	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO	COM(2018) 96 final 2018/0044 (COD) 12.3.2018	



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	EUROPE U E DO CONSEL HO relativo à lei aplicável à oponibilida de a terceiros das cessões de créditos		
116.	Proposta de DIRETIV A DO CONSEL HO que aplica o princípio da igualdade de tratamento entre as pessoas, independe ntemente da sua	COM(200 8) 426 final 2008/0140 (CNS) 2.7.2008	1ª CACDLG



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

	religião ou crença, deficiência , idade ou orientação sexual		
--	---	--	--

PARTE III - OPINIÃO DO DEPUTADO AUTOR DO PARECER

Sendo a opinião do autor de emissão facultativa, o Relator exime-se, nesta fase, de manifestar a sua opinião.

PARTE IV – CONCLUSÕES

Nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, com as alterações introduzidas pelas Lei n.º



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

21/2012, de 17 de maio, Lei n.º 18/2018, de 02 de maio, e pela Lei 64/2020 de 2 de novembro, bem como da Metodologia de escrutínio das iniciativas europeias aprovada em 1 de março de 2016, a Comissão de Assuntos Europeus recebeu a COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Programa de trabalho da Comissão 2023: Uma União firme e unida.

O PTCE 2023 centra-se em seis principais ambições estabelecidas pela Comissão Europeia:

1. Pacto Ecológico Europeu
2. Uma Europa preparada para a era digital
3. Uma economia ao serviço das pessoas
4. Uma Europa mais forte no mundo
5. Promoção do modo de vida europeu
6. Um novo impulso para a democracia europeia

As propostas apresentadas por cada uma das Comissões parlamentares competentes, da Assembleia Legislativa Regional Autónoma dos Açores e da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira são ajustadas e relevantes pelo que se subscrevem na sua totalidade.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Propõe-se, assim, nos termos da Lei nº 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei nº 21/2012, de 17 de maio, Lei n.º 18/2018, de 02 de maio, e pela Lei 64/2020 de 2 de novembro, que a Comissão de Assuntos Europeus adote, para efeitos de escrutínio, as iniciativas europeias selecionadas pelas Comissões especializadas, constantes do PTCE para 2023, aditando-se à mesma a lista indicada no presente Parecer.

PARTE V – PARECER

A Comissão de Assuntos Europeus é de parecer que:

- 1 - As iniciativas selecionadas na **Parte IV** do presente Parecer serão objeto de um Projeto de Resolução, em anexo, a submeter a Plenário;

- 2 - O presente processo de escrutínio encontra-se concluído, devendo este Parecer ser enviado, em conjunto com a indicação das iniciativas selecionadas para escrutínio, ao Senhor Presidente da Assembleia da República para envio às Instituições Europeias e ao Governo.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Palácio de S. Bento, 21 de março de 2023

O Deputado Autor do Parecer

Bernardo Blanco

(Bernardo Blanco)

O Vice-Presidente da Comissão

Bernardo Blanco

(Bernardo Blanco)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Anexos:

- Projeto de Resolução;
- PTCE 2023 e respetivos anexos;
- Relatórios das Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira;
- Relatórios das Comissões Parlamentares da Assembleia da República.